

Especificidades regionais no debate sobre jornalismo e engajamento climático

Um estudo de recepção com ativistas brasileiros

ELOISA BELING LOOSE

Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
eloisa.beling@gmail.com
0000-0002-4755-3046

ILZA MARIA TOURINHO GIRARDI

Programa de Pós-Graduação em Comunicação
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
ilza.girardi@ufrgs.br
0000-0001-8766-7139

DÉBORA GALLAS STEIGLEDER

Grupo de Pesquisa em Jornalismo Ambiental
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
deborasteigleder@gmail.com
0000-0001-6030-5728



jornalismo desempenha um papel importante para o enfrentamento da crise climática na medida em que informa sobre os diferentes ângulos desse problema global com impactos cada vez mais frequentes na esfera local. Ao tratar das causas, efeitos e alternativas, calcadas no interesse público, a imprensa fornece subsídios para decisões mais conscientes a respeito da emergência climática, sendo uma arena-chave para construir representações, valores, visões e argumentos sobre o tema (Loose & Carvalho, 2017). Este texto tem como objetivo geral evidenciar as diferentes leituras e compreensões sobre a atuação do jornalismo nas cinco regiões brasileiras, a partir de um estudo de recepção com jovens ativistas brasileiros, de 19 a 35 anos, sobre jornalismo e engajamento climático (Loose *et al.*, 2022). O estudo é sustentado teórico-metodologicamente na perspectiva do consumo midiático, especificamente aqueles identificados como produtos jornalísticos, partindo do entendimento de García Canclini (2006) de que este é um tipo particular de consumo cultural (Schmitz, 2015). Contudo, não é centrado apenas nas mensagens, mas na relação ampliada com os meios jornalísticos, abrangendo tanto a concepção de consumo midiático quanto da pesquisa de recepção (Toaldo & Jacks, 2013).

Os jovens são um público que tem ganhado destaque no debate público sobre clima, sobretudo a partir do movimento desencadeado pela sueca Greta Thunberg, que

Pour citer cet article, to quote this article,
para citar este artigo :

Eloisa Beling Loose, Ilza Maria Tourinho Girardi, Débora Gallas Steigleder, « Especificidades regionais no debate sobre jornalismo e engajamento climático: um estudo de recepção com ativistas brasileiros », *Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo* [En ligne, online], Vol 13, n°2 - 2024, 15 décembre - december 15 - 15 de dezembro - 15 de diciembre.
URL : <https://doi.org/10.25200/SLJ.v13.n2.2024.515>



se tornou uma liderança a partir de greves escolares pelo clima, em 2019, e segue como uma figura relevante neste contexto, especialmente para os jovens. Seu movimento em prol da proteção do clima incentivou jovens ativistas, inclusive no Brasil, desencadeando uma série de pesquisas a respeito do binômio juventude e meio ambiente/mudanças climáticas (Silva Júnior & Teixeira, 2021). Além disso, o processo de formação ambiental dos mais jovens é considerado relevante para o estabelecimento de uma cultura que considere o cuidado, como é possível observar em vários estudos na área de educação ambiental (Silva *et al.*, 2015).

Através da investigação sobre a experiência de consumo midiático desses jovens, busca-se compreender os consensos e dissensos que se estabelecem na relação entre as práticas de comunicação e os movimentos sociais - a qual constitui os processos de mediações, segundo Martín-Barbero (2003). A relação de grupos unidos por uma identidade com os dispositivos e mensagens que acessam no cotidiano produz transformações culturais. Conhecer o impacto da comunicação climática veiculada através do jornalismo, instituição que orienta as ações dos cidadãos (Girardi *et al.*, 2012), pode contribuir, por exemplo, para a produção de mensagens mais precisas, que motivem a ação do público no combate a essa emergência global. No caso do Brasil, país repleto de especificidades regionais, espera-se que o público tenha entendimentos heterogêneos sobre causas, consequências e ações prioritárias diante da crise climática. Assim, parte-se da seguinte pergunta: considerando seu envolvimento em causas sociais e ambientais em cada região, como os jovens ativistas brasileiros compreendem o papel do jornalismo no engajamento da população diante da crise climática? Em acréscimo, objetiva-se entender possíveis contribuições das perspectivas teóricas do jornalismo regional (Reis, 2018), da comunicação climática (Moser, 2010) e do jornalismo ambiental (Loose & Girardi, 2017) para melhor direcionar as informações jornalísticas sobre as emergências do clima de acordo com o perfil de público - no caso deste estudo, jovens de até 35 anos. Avalia-se que as realidades distintas em termos de produção jornalística local permitem a construção de olhares diversos sobre a crise climática e como ela deve ser enfrentada. Como objetivos específicos, busca-se 1) relacionar as leituras dos jovens com os limites e as possibilidades de circulação noticiosa; e 2) comparar as compreensões e manifestações a respeito do consumo jornalístico nas diferentes regiões brasileiras.

A extensão continental do Brasil impõe uma série de desafios, dentre eles o de comunicar as questões nacionais sem deixar de lado a cobertura local ou regional. Para tal missão, uma série de meios, com propostas editoriais e públicos-alvo diferentes são bem-vindos. Contudo, na prática, nem sempre a diversidade desejada é alcançada. Conforme constata o Media Ownership Monitor Brasil (Intervozes, 2017),

que analisou 50 veículos de TV, rádio, mídia impressa e online, o nosso sistema de mídia mostra altas concentrações de audiência, de propriedade e em termos geográficos. Ademais, há falta de transparência e várias interferências econômicas, políticas e religiosas. Esta situação será observada aqui a partir das lentes de ativistas consumidores de notícias, que foram instados a discutir as relações entre o jornalismo com engajamento para lidar com as mudanças climáticas, a partir de suas realidades.

Este artigo inicia com uma breve discussão sobre os conceitos atribuídos a um jornalismo localizado, calcado na perspectiva local, para, na sequência, trazer um panorama contextual sobre a questão climática no Brasil, com ênfase para o desmatamento na Amazônia, o consumo de notícias na contemporaneidade e as compreensões dos brasileiros sobre as mudanças climáticas. A terceira seção traz a discussão sobre a comunicação climática e suas conexões com os estudos de recepção. A seguir, apresentam-se aspectos metodológicos e a análise empreendida dentro do contexto apresentado. Finaliza-se o artigo com a reflexão sobre os resultados mapeados.

JORNALISMO LOCAL/REGIONAL: DO QUE ESTAMOS FALANDO?

Ao realizarmos uma pesquisa exploratória sobre as particularidades regionais do Brasil, deparamo-nos com uma série de estudos pontuais, mas poucos que pudessem nos orientar para uma possibilidade de comparação. Reis (2018) sinaliza que o próprio conceito de jornalismo regional costuma ser confundido com outros, como o jornalismo de interior, local ou mesmo comunitário. A autora apoia-se em Aguiar (2016) para caracterizá-lo como aquele jornalismo mais próximo geograficamente aos fatos que reportam, às fontes que são consultadas e aos leitores-alvo. Já Dornelles (2012) destaca o espaço geográfico como determinante para a definição da informação local, mas, a partir de Mercadé (1992), inclui ainda outros elementos, como a vocação, a intencionalidade, os conteúdos e a percepção sobre o leitor neste contexto, assim como as relações com as instituições e locais e regionais mais diretas, que são mais próximas em comparação a outros tipos de jornalismo que abrangem áreas maiores. Parte-se da compreensão que o jornalismo comunitário, geralmente atrelado às pautas dos movimentos sociais e com protagonismo dos cidadãos, difere-se da imprensa local ou regional, de natureza comercial (Peruzzo, 2005).

O jornalismo regional ou local possui a vantagem de, por ser mais restrito, conhecer com mais profundidade valores, preocupações, comportamentos e hábitos do seu público. Também desempenha funções próprias, por estar imerso neste mesmo território.

Dornelles (2012), baseada em Mathien (2004), elenca algumas delas: ser elo da comunidade, reforçando laços sociais; reduzir as incertezas sobre o ambiente que os cerca e divulgar serviços locais, promovendo integração e desenvolvimento. Por outro lado, a forte dependência das forças políticas e econômicas locais, para sua sustentação, também reflete em menor capacidade de denúncia. Dornelles ressalta que:

[...] em nosso estudo sobre a imprensa interiorana encontramos, ainda hoje, poucas matérias contendo críticas, denúncias ou cobrança do poder executivo local, comportamento que revela a falta de independência e autonomia desses jornais em nome da sobrevivência. Todavia, a maioria encontra um jeito moderado de cobrar ações pró-comunidade. Fazem as matérias em tom de advertência do problema ou de registro das reivindicações da comunidade. (2012 : p.33)

Nesse mesmo sentido, Peruzzo (2005) sinaliza ainda para a o espaço privilegiado que as fontes oficiais recebem, alimentando o chamado “jornalismo declaratório”, e o grande aproveitamento de materiais de assessorias de imprensa (releases), reprodução de notícias da imprensa nacional e de matérias pagas, que diminuem a qualidade da informação regional. O uso de conteúdos ‘prontos’ decorre da dificuldade de manter profissionais qualificados.

Adota-se aqui a perspectiva de jornalismo regional como aquele que está mais próximo aos cotidianos da audiência, que é conhecedor da realidade local e atua em prol de seus desafios. O vínculo com as problemáticas é duradouro, pois aqueles que reportam vivenciam as dores e as alegrias daquele território - diferentemente de um correspondente ou enviado que cobre a questão, mas não pertence ao local, não partilha aspectos identitários com a população que ali vive.

No entanto, é preciso ressaltar, a divisão por regiões do Brasil, proposta pelo IBGE desde a década de 1970, assume dimensões mais amplas, distanciando-se do que o jornalismo entende por cobertura regional. Para o IBGE, as regiões são divididas conforme semelhanças físicas ou naturais, do relevo, do clima, da vegetação, da hidrografia e de atividades econômicas. Sob essa perspectiva, os estados brasileiros são divididos em cinco regiões, sendo a Norte, composta por sete estados, a maior em extensão territorial, com pouco mais de 45% do território brasileiro. Isso significa que para se fazer jornalismo que cubra todo o território do Norte teríamos que ter uma série de jornalistas pelos diferentes estados, exigindo tanto investimento quanto alguns veículos nacionais que se centram no eixo Rio-São Paulo.

Na literatura sobre o jornalismo, a regionalidade é entendida entre uma esfera local e outra estadual, dando ênfase para as micro ou macrorregiões - cobrindo

determinadas cidades localizadas em um território que compartilha características comuns. Tal prática jornalística busca reforçar aspectos identitários e preencher lacunas deixadas pelo jornalismo estadual ou nacional (Deolindo, 2016). Aqui entende-se que o jornalismo regional de cada uma das divisões do IBGE (Sul, Sudeste, Norte, Nordeste e Centro-Oeste) necessita de vários tipos de jornalismo para dar conta da diversidade e extensão dos territórios em questão. Além disso, não apenas um lugar comum une uma comunidade, mas também identificações afetivas e ideológicas derivadas de um modo de ser, viver. Peruzzo (2005, p.76) afirma que a mídia regional se “[...] refere aos laços originados pela familiaridade e pela singularidade de uma determinada região, que têm muito a ver com a questão do locus territorial”.

Por serem escassos os estudos orientados para as audiências, há inúmeras lacunas no Brasil - e na América Latina de forma geral - sobre como os esforços comunicacionais para enfrentar a crise climática estão sendo recebidos pelos públicos (Loose *et al.*, 2022). Este artigo destaca elementos regionais que não costumam ser evidenciados na discussão sobre comunicação climática, analisando as leituras e apropriações de consumidores de notícias que vivem realidades distintas no território brasileiro.

CONTEXTUALIZAÇÃO

De acordo com a pesquisa Perfil do Jornalista Brasileiro 2021 (Lima *et al.*, 2022), os três estados mais populosos do Brasil (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, todos na região Sudeste) concentram 61,5% dos profissionais de imprensa. As regiões Sul e Sudeste, somado o Distrito Federal, concentram 78,5% dos jornalistas brasileiros. Já os estados da região Norte somam apenas 3% do contingente de jornalistas do Brasil. A baixa quantidade de profissionais em outras regiões fora do eixo Sul-Sudeste (e no interior dos estados) reflete na quantidade e qualidade dos produtos jornalísticos e pode estar associada à distribuição dos cursos de Jornalismo. Moreira e Pereira (2021) analisam como se deu a expansão dos cursos universitários no Brasil e suas conexões com as dimensões urbanas ao longo das décadas. As autoras identificaram 354 cursos de jornalismo localizados em instituições das regiões Sudeste (166), Sul (68), Nordeste (64), Centro-Oeste (30) e Norte (26), sobretudo em cidades médias (aquelas que têm entre 100 e 500 mil habitantes, segundo o IBGE).

Os dados de 2021 do Atlas da Notícia ratificam a concentração do jornalismo profissional nos estados do Sudeste e Sul, que contam, respectivamente, com 34,5% e 25,3% dos veículos jornalísticos brasileiros, seguidos do Nordeste (18,3%), Centro-Oeste (14,5%) e Norte (7,3%). A região Norte conta com os maiores

índices de desertos de notícias, ou seja, municípios em que não operam veículos jornalísticos. Apesar de a pesquisa identificar o crescimento de veículos online na região, 63,1% dos municípios nortistas seguem sem cobertura jornalística local.

Para além dessa compreensão sobre as desigualdades regionais em torno da formação e mercado de trabalho na área jornalística, é preciso trazer alguns elementos sobre a compreensão dos brasileiros a respeito das questões ambientais e climáticas e a própria confiança atribuída à imprensa. Mais do que entender a realidade nacional, busca-se checar quais são os reflexos dessas diferenças no entendimento a respeito da cobertura climática.

A edição 2021 da pesquisa Mudanças Climáticas na Percepção dos Brasileiros (ITS-Rio/Yale, 2022) traz aportes relevantes: 92% da população considera que o aquecimento global está acontecendo e 78% classificam essa questão como muito importante, mas apenas 25% dos respondentes dizem saber muito sobre aquecimento global ou mudanças climáticas. O percentual de pessoas que não sabem se o aquecimento global está acontecendo sobe de 3% para 8% entre aqueles que não utilizam internet.

Em linhas gerais, nota-se a quase unanimidade do conhecimento dos brasileiros sobre as ameaças ao nosso maior bioma. Quase todos os respondentes da pesquisa do ITS-Rio/Yale sobre percepção das mudanças climáticas (98%) já ouviram falar sobre as queimadas na Amazônia, sendo que 77% as atribuem à ação humana. Madeireiros, agricultores, pecuaristas e garimpeiros são identificados como os principais responsáveis pelas queimadas.

No Brasil, a principal causa das emissões de gases de efeito estufa é a mudança de uso da terra, decorrente do desmatamento e, muitas vezes, associada à expansão da fronteira agrícola. De acordo com o último relatório do Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa - SEEG (2021), 46% do total bruto (998 milhões de toneladas de CO₂) foram emitidas em 2020 em razão disso, seguido de 27% oriundas da atividade agropecuária e 18% relacionadas ao setor de energia. Mesmo assim, a fiscalização e as ações de combate a essa prática destrutiva ainda não são suficientes. Entre 2019 e 2022, com a política de desmonte ambiental liderada por Jair Bolsonaro, houve um agravamento da situação. Segundo o Monitor da Fiscalização (MapBiomass, 2023), 98% dos alertas de desmatamento registrados no Brasil, desde janeiro de 2019, não foram autorizados ou foram alvos de fiscalização por órgãos do governo federal, e é na Amazônia que se concentram três quartos desses alertas (149.631). Isso significa um índice altíssimo de impunidade, que favorece a prática de desmatamento ilegal no país.

Contudo, o problema não se concentra apenas na Amazônia, a despeito de sua relevância para o contexto planetário. Existe um afrouxamento das políticas públicas ambientais já há alguns anos em curso em todo o país (IPEA, 2022; Aragão dos Santos *et al.*, 2021; Fearnside, 2019). No caso específico do enfrentamento climático, para além das tentativas de se negar a existência do problema, o relatório do SEEG conclui que

[...] o pacto nacional formado na época da adoção da PNMC [Política Nacional sobre Mudança do Clima] em torno da redução do desmatamento se desfez, e a política de clima nunca adquiriu um grau de institucionalidade que permitisse ao país realmente adotar uma estratégia de desenvolvimento amparada na redução de emissões e em medidas de adaptação à crise climática. (SEEG, 2021: p.48)

Logo, as iniciativas brasileiras que estão fazendo frente à crise climática emergiram, em grande medida, da articulação da sociedade civil (Miguel, 2017), que ocupou o vácuo deixado pela fragilização e inoperância das instituições públicas. Nesse sentido, interessa compreender tanto como a pauta climática é entendida por esses grupos comprometidos em transformar a realidade quanto observar como a comunicação jornalística circula nesse âmbito (e como contribui para o debate e participação social).

Por fim, é importante lembrar que o consumo de notícias pelos brasileiros está diminuindo, de acordo com a 11ª edição do Digital News Report (Newman *et al.*, 2022). O estudo revela que o interesse por notícias diminuiu entre os mercados pesquisados de 63% em 2017 para 51% em 2022 - não apenas no Brasil, mas aqui o número de pessoas que evitam notícias dobrou nos últimos cinco anos. Parte dos jovens brasileiros que evitam as notícias alegam dificuldade de compreendê-las. Dentre as razões, o relatório destaca o aspecto negativo das notícias, a quantidade e a perda de credibilidade na imprensa. Ademais, a facilidade de circulação de desinformação via aplicativos de mensagens e redes sociais é outro fenômeno que colabora para o desgaste do jornalismo, já que as conhecidas *fake news* assumem a roupagem da notícia (forma), mas não apresentam princípios éticos e de apuração, o que deforma a mensagem (conteúdo).

COMUNICAÇÃO CLIMÁTICA E ESTUDOS DE RECEPÇÃO

Os estudos voltados para a comunicação climática ainda são escassos no Brasil, sobretudo aqueles dire-

cionados para a recepção das mensagens pelos públicos (Modifica, 2022). Apesar da relevância e urgência associadas à crise climática, permanecem lacunas de como traduzir e melhor comunicar essa questão complexa para públicos com referências e contextos tão discrepantes. Este estudo tenta mapear pistas de como a comunicação climática através do jornalismo, em específico, pode contribuir com o engajamento do tema no Brasil.

A comunicação climática é uma área abrangente, que abarca as preocupações de como melhor informar as pessoas sobre a crise climática até a discussão de estratégias de como envolvê-las para que exerçam sua cidadania efetiva e modifiquem suas ações individuais, tendo em vista a possibilidade de transformação de normas e valores na sociedade (Moser, 2010). Contudo, há muitos desafios envolvidos nesses processos, já que a relação entre preocupação, conhecimento e engajamento nem sempre é nítida, dependendo de uma série de variáveis a depender de cada público e contexto (Bayes, Bolsen & Druckman, 2020).

Loose (2021) desenvolveu pesquisa sobre como jornalistas, fontes de informação e leitores de um jornal local percebiam o debate climático a partir da cobertura climática realizada, sinalizando a aproximação com a realidade local como um dos fatores importantes para o envolvimento da população. Também há estudos que vão discutir a questão da responsabilização dos cidadãos ou das vantagens econômicas em relação à crise climática, sublinhando a visão neoliberal, como é o caso da suposta solução chamada mercado de carbono (Carvalho, Van Wassel & Maesele, 2016). Nesse sentido, os discursos sobre enfrentamento da crise climática não atacam a raiz do problema e convencem de que ações individuais são as mais relevantes.

Estudos que mapeiam o consumo midiático de jovens sobre questões climáticas e ambientais têm se debruçado especialmente sobre as relações desses grupos com as redes sociais (Nathania *et al.*, 2021; Cayo, 2020; Benavides *et al.*, 2017). As plataformas digitais se tornaram o principal meio de consumo de notícias em várias faixas etárias (Newman *et al.*, 2022). Nosso foco não é compreender como a questão climática está sendo observada ou entendida nas mídias sociais, mas, ao tratar de engajamento e jornalismo com jovens ativistas, salientamos seus olhares e analisamos as dificuldades de uma cobertura climática ampla, desconectada do dia a dia das pessoas. Nesse sentido, as plataformas digitais possuem grande potencialidade para promover novas narrativas com baixos custos e orientadas para públicos específicos, conseguindo se aproximar dos pressupostos do jornalismo ambiental (Bueno, 2007; Girardi *et al.*, 2012; Loose & Girardi, 2017), uma prática comprometida com a vida e que reconhece a

necessidade de maior contextualização, aproximação com o cotidiano do público e pluralização de fontes, dentre outros aspectos.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa parte dos estudos de recepção de vertente latino-americana, pensando nas leituras dos jovens sobre a cobertura climática (produção de sentidos) e suas apropriações (como os jovens lembram dos conteúdos discutidos e fazem uso deles para suas formas de ativismo), considerando seus contextos socioculturais. Ainda que no Brasil haja um grande número de trabalhos sob esta perspectiva, a terminologia ainda se confunde, especialmente porque tais processos (produção de sentidos, usos, apropriações) são de difícil separação nas práticas dos sujeitos receptores (Schmitz, 2015).

Investigar o consumo e a recepção dos conteúdos acerca das mudanças climáticas é um dos caminhos para verificar e reorientar os rumos dessa comunicação. Tais pesquisas são baseadas na perspectiva latino-americana dos Estudos Culturais, que ressaltam os usos, as leituras e apropriações do cotidiano das audiências (Martín-Barbero, 2003). O autor descreve a recepção para além de uma perspectiva limitada a efeitos e reações que uma mensagem provoca em determinado indivíduo. O âmbito da recepção discute, por exemplo, a possibilidade da participação social diante de fenômenos que impactam a produção e os usos das mídias, como as transformações tecnológicas e a constituição de identidades coletivas locais ou regionais. Portanto, entende-se a comunicação como um processo cultural, constituído com a colaboração de movimentos sociais, e não como mero produto de uma organização industrial. Em nosso estudo partimos dessa perspectiva ampla quando indagamos os jovens ativistas sobre suas relações e compreensões sobre jornalismo e engajamento. Já a perspectiva de consumo (Canclini, 2016) aparece de forma específica quando apresentamos dois vídeos jornalísticos sobre clima e questionamos os participantes sobre suas leituras.

Schmitz (2015) observa que, muitas vezes tidas como equivalentes, as perspectivas de consumo de Canclini e de recepção de Martín-Barbero têm especificidades. Esta é mais utilizada no estudo das relações dos sujeitos com um produto midiático em particular, verificando os sentidos produzidos por essa mensagem. Já a primeira é frequentemente mobilizada na análise de processos que atravessam a experiência de recepção, considerando o contexto e o cotidiano dos sujeitos. No entanto, ao propor o desenho do estudo, observamos que tais perspectivas serviam de forma complementar ao propósito desta pesquisa.

A partir da realização de dez grupos de discussão com 60 jovens ativistas, dois grupos em cada região brasileira, coletaram-se as impressões a respeito do papel do jornalismo e sua relação com engajamento, além de avaliações a respeito de dois produtos jornalísticos (duas reportagens telejornalísticas sobre mudanças climáticas, com enfoque nacional, que foram exibidas aos participantes na segunda metade das sessões). A proposta da pesquisa visava coletar as falas dos participantes primeiramente sem nenhuma referência compartilhada e, na sequência, com as apresentações dos vídeos, identificar opiniões e impressões sobre os modos de apresentação escolhidos por perspectivas jornalísticas diferentes. Os grupos focais foram realizados na metade de 2022, por meio de plataforma virtual, sendo as sessões gravadas para posterior transcrição das falas.

Os participantes precisavam se declarar ativistas de alguma causa e consumidores de notícias, além de estar na faixa entre 19 e 35 anos. Para o convite dos ativistas, um questionário virtual foi elaborado a fim de mapear possíveis interessados e, visando o equilíbrio de gênero, idade e participação por estado, fez-se uso da técnica *snowballing*, contando com indicações de ativistas.

O grupo focal é um método de coleta de dados qualitativo (Gatti, 2005) a partir de interações sobre um tópico sugerido pelo pesquisador interessado em mapear percepções e atitudes coletivas (Gondim, 2003). O conhecimento produzido pelo grupo na conversação mediada pode subsidiar tomadas de decisão e fornecer *insights* para ações futuras.

Cada sessão virtual contou com um moderador para conduzir a discussão e controlar o tempo da dinâmica. Todos os grupos tiveram um mesmo roteiro comum com perguntas antes da exibição dos vídeos, a fim de trazerem suas impressões sem a indução de nenhum elemento ou enquadramento, e depois dessa apresentação, buscando observar a diversidade de leituras e os apontamentos acerca da produção jornalística. Os grupos focais foram realizados de forma voluntária, a partir da explicitação do termo de consentimento livre e esclarecido, respeitando a condição de anonimato. Cada sessão durou cerca de duas horas.

Os dados coletados foram categorizados a partir da revisão de literatura, considerando sempre os objetivos da pesquisa: compreender como se dá o engajamento pró-clima por meio do jornalismo, sobretudo para ampliar o entendimento sobre as relações entre desmatamento da Amazônia e crise climática. A análise realizada neste artigo, embora parta de uma Análise de Conteúdo temática mais ampla (que pode ser localizada em Loose *et al.*, 2022 e Modifica, 2022), não se debruça sobre cada uma de suas categorias e sub-

categorias. Buscamos apresentar aqui as leituras mais recorrentes dos ativistas a partir das realidades de cada região, selecionando os dados coletados que têm articulação direta com características da região ou do local, abordagem não incluída na primeira divulgação dos resultados. Partimos de uma breve exposição por região para tentar traçar um quadro comparativo ao final.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Após sistematizar os dados por categorias temáticas (Bardin, 2014), realizou-se uma análise comparativa por região a fim de observar as especificidades por região a partir das observações dos ativistas. O método comparativo, de acordo com Marconi e Lakatos (2003), busca verificar as semelhanças e diferenças entre os grupos focais, podendo ser aplicado em todas as fases e níveis da investigação. Este exercício analítico-reflexivo ajuda a compreender pontos de divergência a partir das especificidades socioculturais e político-econômicas de cada região.

Todos os grupos focais com ativistas tiveram como idade predominante de seus integrantes a faixa de 25 a 29 anos. Também contaram com as seguintes características e composição: na região Sul, foram realizados em 22 e 25 de junho de 2022 com 12 participantes no total, sendo 10 do sexo feminino e 2 do sexo masculino, e em relação à autodeclaração de cor ou raça, 10 brancos e 1 preto; na região Sudeste, ocorreram em 18 e 29 de junho de 2022, com total de 11 participantes, sendo 7 do sexo feminino, 3 do masculino e 1 não-binário, e 5 brancos, 3 pretos, 2 pardos e 1 amarelo; no Centro-Oeste, foram realizados em 2 de julho de 2022 com 11 participantes, sendo 7 do sexo masculino e 4 do feminino, e 5 brancos, 4 pardos, 1 preto e 1 indígena; no Nordeste, ocorreram em 13 de julho de 2022 com 13 participantes, sendo 6 do sexo feminino, 6 do sexo masculino e 1 não-binário, e 5 pardos, 5 pretos, 2 brancos e 1 que não respondeu à autodeclaração; por fim, os grupos da região Norte, realizados em 20 de julho de 2022, tiveram total de 13 participantes, sendo 7 do sexo masculino, e 6 do sexo feminino, e 5 brancos, 4 pardos, 2 pretos e 2 indígenas.

Os grupos focais do Sul, que engloba estados fortemente dependentes do agronegócio, associaram a escassez de chuvas, que impacta a produção agrícola, ao clima e desmatamento da Amazônia, fazendo uma articulação importante entre as regiões. Outra forma citada de aproximar a crise climática à vida das pessoas é aproveitar a situação das enchentes:

[...] não adianta nada eu dar exemplos da Amazônia para Santa Catarina, por exemplo, as pessoas não entendem, elas não vão entender. Eu

preciso falar sobre enchente, que é o que afeta anualmente a população aqui nas cidades ou no campo, ou a crise hídrica, né, escassez hídrica, que são temas que estão afetando as pessoas aqui com o conhecimento da Amazônia lá. (Ativista da Região Sul, 25/06/2022)

Mais do que em outras regiões, o apelo econômico, que mexe no bolso do consumidor, foi citado: “O que afeta a pessoa no bolso, infelizmente, é o que as pessoas ficam mais de olho” (Ativista da Região Sul, 22/06/2022). Mesmo inseridos em uma discussão de que apenas ações individuais não são suficientes, as relações das mudanças do clima com o aumento do preço dos produtos foram citadas por serem uma forma de mostrar o impacto diretamente na vida das pessoas. Isso pode ter ocorrido em função das representações reiteradas dos meios locais e mesmo da mídia hegemônica que tem seu olhar a partir do eixo Rio-São Paulo, e tentam aproximar a destruição da floresta com os prejuízos econômicos das lavouras. Sublinha-se que isso não é um problema em si, mas reduz a questão e invisibiliza outros aspectos. Por isso, a cobertura sistemática, com diferentes abordagens e comprometida com a mobilização da sociedade prevista pela comunicação climática (Moser, 2010), se faz necessária, especialmente em um país de tamanho continental como o Brasil, que possui distintas realidades no mesmo território.

Os participantes entendem que o papel informativo do jornalismo está sendo cumprido, mas não é suficiente, inclusive pode gerar banalização: “[...] a informação está circulando, só que, muitas vezes, isso gera quase um esvaziamento da pauta” (Ativista da Região Sul, 22/06/2022). Há estudos que mostram que a cobertura climática da América Latina (Radar Climático, 2022) representa menos de 2% das notícias gerais publicadas pela imprensa, mas o fato é que há uma popularização do tema que deriva em uma falsa sensação de já sabermos muito sobre ele, como foi verificado pela pesquisa do ITS-Rio/Yale (2022) no Brasil quando compara preocupação e conhecimento sobre o tema.

Os ativistas do Sul endossaram a necessidade de estar com as bases: “[...] com as comunidades indígenas, quilombolas, enfim, com os bairros, com as pessoas que estão vivendo mesmo as coisas na pele, porque, às vezes, a gente se deixa levar por coisas grandes, internacionais [...] e todos os dias têm coisas cotidianas que acontecem e não são divulgadas [...]” (Ativista da Região Sul, 25/06/2022). A questão da proximidade geográfica abarca tanto a pluralidade de vozes quanto a articulação de causas-consequências-soluções, apontadas na literatura sobre comunicação climática como forma do jornalismo se aproximar dos públicos (Loose, 2021).

Os participantes do Sudeste trazem exemplos relacionados aos efeitos das chuvas intensas para ilustrar a importância de abordagens jornalísticas que considerem a responsabilidade do poder público nas causas e consequências das mudanças climáticas. Infere-se, portanto, que esta é uma questão próxima à realidade dos participantes.

Os ativistas dessa região falaram bastante sobre a necessidade de se cobrir a atuação das instituições, sobretudo o Estado, com a implementação de políticas públicas que auxiliem no enfrentamento das mudanças climáticas. Para eles, é importante apresentar os responsáveis: “[...] o vídeo não informa, porque ele não diz quem é o vilão” (Ativista da Região Sudeste, 29/06/2022), diz um ativista sobre uma das reportagens exibidas. A fiscalização do poder público faz parte da função política do jornalismo ambiental (Bueno, 2007), embora certas questões sejam silenciadas em prol de interesses econômicos.

Em termos de linguagem, citaram a necessidade de construir notícias que afetem o outro, em oposição a textos carregados de números, que não são apreendidos pela maioria dos públicos. “Quando você desgasta muito uma coisa da mesma forma, como é o caso da Amazônia, por exemplo, [...] ‘Já queimou 50 hectares, se queimar 52 não vai fazer diferença’. Gera essa banalização” (Ativista da Região Sudeste, 18/06/2022). A crítica aos enquadramentos repetidos e ao uso de números que não permitem a dimensão real do fato ocorreu em outras regiões pesquisadas. Tal aspecto pode ser vinculado ao caráter educativo que o jornalismo deveria assumir ao tratar de temas complexos como este, visando uma transformação cultural (Girardi *et al.*, 2012; Loose & Girardi, 2017).

Com mais destaque do que em outros grupos, esses ativistas associavam a cobertura do clima à própria lógica neoliberal que mantém o sistema capitalista. Apontou-se tal sistema como grande culpado pela crise ambiental, trazendo à tona as falsas soluções divulgadas a partir da individualização (a ideia de despolitização trazida por Carvalho, Van Wassel e Maesele, 2016): desligar a torneira enquanto milhares de litros estão sendo consumidos para produção de carne, por exemplo.

Quando trataram da proximidade geográfica e da necessidade de se conectar com as vivências, trouxeram aspectos associados ao pouco conhecimento e, conseqüentemente, pertencimento que os brasileiros possuem em relação aos nossos biomas:

Entender que a realidade que te cerca tem a ver, porque a gente não tem muito pertencimento. E eu nem ia tão longe nas calotas polares, a gente não tem pertencimento da própria Mata Atlântica, da floresta amazônica... (Ativista da Região Sudeste, 29/06/2022)

Ao tratar do desmatamento da Amazônia, os ativistas do Sudeste mencionaram as populações indígenas, a fauna e a flora, revelando a importância do território de forma ampla (não apenas da crise climática ou associada a questões econômicas e políticas):

[...] ontem teve a veiculação no Instagram de uma fala indígena que foi vinculada acho que até pela Célia Xakriabá, uma ativista né, falando assim ‘Vocês têm que começar a olhar pra Amazônia a partir de quem está dentro da Amazônia, das pessoas que preservam a floresta, porque não é ficar olhando para a Amazônia através de satélites. (Ativista da Região Sudeste, 18/06/2022)

Os participantes da região Centro-Oeste trouxeram o debate para a realidade do bioma Pantanal, conectando o desmatamento da Amazônia com a mudança nos regimes de chuva e consequentemente com as queimadas, associadas à estiagem prolongada. A questão da proximidade geográfica foi pontuada de diferentes maneiras, sendo relevante, na percepção dos ativistas, dar voz àqueles que são impactados e exemplificar os efeitos a partir da realidade local. Assim, os ativistas alinham-se à proposta de um jornalismo que valorize as questões regionais (Dornelles, 2012) a fim de conectar comunidades a partir de sua experiência de pertencimento aos territórios que habitam.

[...] acho que é trazer mais para a realidade das pessoas, as pessoas estão vendo que a água está diminuindo, [estão] com mais dificuldade de encontrar peixe, você tem lá a sua agricultura familiar, a sua horta, sua produção de subsistência que está mais difícil, no ano passado não deu aqui perto... [...] Então todo mundo consegue entender o que está acontecendo, se trazer de uma maneira um pouquinho mais concreta. (Ativista da Região Centro-Oeste, 02/07/2022)

Criar conexão com a realidade da pessoa. Então um pantaneiro, um produtor rural vai estar vendo um outro produtor rural falando, o cara fala: “ah, esse ano não teve chuva aqui, minha plantação secou, os bichos tão com sede, e antes não era assim, eu moro aqui há 40 anos e não era assim”, é... eu acho que é isso, colocar o lugar de falar de alguém que vai identificar. (Ativista da Região Centro-Oeste, 02/07/2022)

Entretanto, não é suficiente ouvir as fontes locais para entender com certa profundidade o contexto. Assim, surge a crítica das coberturas sobre a região feitas por profissionais do Sudeste desconhecedores das dinâmicas dos territórios, que condizem com os dados trazidos pelo Atlas de Notícias (2023). Segundo os ati-

vistas, tal produção perderia força, pois é um olhar “de fora”:

Um jornalista aqui do Sudeste, que estudou em universidades do Sudeste, fez intercâmbio, voltou e falou “não, vocês têm que parar com a mudança climática”, os caras olham e não dão credibilidade, né? Falam “ah, esse cara não entende, nunca viveu no mato, não sabe o que ele tá falando”. (Ativista da Região Centro-Oeste, 02/07/2022)

Sobre o papel do jornalismo, a função política, trazida por Bueno (2007) quando trata do Jornalismo Ambiental ficou evidente: “[...] o jornalismo podia funcionar de uma forma de conscientizar as pessoas, no sentido de que elas podem ajudar a pressionar tomadores de decisão, diante dessas questões, sabe?” (Ativista da Região Centro-Oeste, 02/07/2022). Para tanto, é posto que ele não pode ser isento, mas engajado, e atuar de forma interseccional:

[...] tem um costume muito forte do jornalismo de não falar de forma transversal sobre esses assuntos, [como] gênero, mudanças climáticas, população indígena. Então começar a trazer essas questões de forma transversal, falar de economia para falar de mudanças climáticas, falar de política para falar de mudanças climáticas, trazer isso em várias editoriais. (Ativista da Região Centro-Oeste, 02/07/2022)

Somado a isso, é assinalado que o jornalismo precisa prestar atenção, e “tornar o familiar estranho”, no sentido de questionar algumas práticas e discursos que são naturalizados, como “sempre pegou fogo desse jeito”.

A região Nordeste registrou que há temas locais, como a desertificação, que são pouco tratados pela imprensa, impedindo que as pessoas entendam as razões de certos fenômenos próximos estarem acontecendo. Também abordaram que há uma suposta naturalização de que desmatamento só ocorre na Amazônia, como se outras regiões estivessem livres das atividades destrutivas, como mineração e grilagem.

Além disso, mais do que em outras regiões, as desigualdades socioeconômicas que tornam as pessoas mais vulnerabilizadas frente aos riscos climáticos (e outros) foram mencionadas, assim como a necessidade de a imprensa cobrar mais governantes (por conta das políticas públicas) e empresários:

[...] muito essa visibilidade no que diz respeito à fiscalização, de exposição mesmo de situações, de exposição de grandes empresas, sei o quanto isso pode ser prejudicial pra essas empresas

e pessoas que trabalham nelas, mas sinto falta dessa exposição, do quanto a gente vê empresas que dizem que fazem pelo meio ambiente, mas tem alguém pronto pra expor isso? (Ativista da Região Nordeste, 13/07/2022)

Observa-se uma necessidade de maior denúncia frente à paralisia de quem poderia tomar alguma medida preventiva: “[...] mostrar que as pessoas que estão nos lugares de poder não estão interessadas em fazer as mudanças que a gente precisa”. Observa-se a crítica à falta de ações efetivas para o enfrentamento às mudanças climáticas. Nessa direção, há uma ideia de que o jornalismo deveria ser mais combativo, enfrentando os grandes setores que afetam a sustentabilidade do planeta (ao invés de se unir a eles, como faz a mídia hegemônica com o agronegócio). Os pressupostos do jornalismo ambiental (Bueno, 2007; Girardi *et al.*, 2012; Loose & Girardi, 2017) estão diretamente vinculados ao desejo manifestado pelos ativistas que participaram da pesquisa.

Por fim, o próprio acesso à informação jornalística se mostrou algo bastante recorrente, pela própria questão de infraestrutura de internet ou TV. Seja por não ter acesso, sobretudo em regiões do interior, seja por falta de recursos para custear o acesso às notícias, as populações mais vulnerabilizadas ficam mais suscetíveis ao universo da desinformação. Visto que os desertos de informação são minimizados pelo surgimento de veículos online, conforme descreve o Atlas da Notícia (2023), relatos sobre a dificuldade de acesso a tecnologias digitais acendem alerta sobre uma consequente dificuldade de acesso a informações jornalísticas.

Diante de tantas carências, a cobertura da crise climática não se mostra conectada com tais situações: “[...] existe situação complicada de falta de internet, de falta de recursos básicos... eu, particularmente, sinto aqui que parece que essa pauta do meio ambiente parece muito elitista, não é, mas parece, pelo menos para as pessoas das camadas mais baixas da sociedade”. Em tais contextos, formas específicas de jornalismo são indicadas: “[...] talvez um jornalismo mais comunitário, no sentido de estar mais próximo das camadas mais baixas, para trazer esse engajamento de baixo para cima” (Ativista da Região Nordeste, 13/07/2022).

No Norte, assim como na Região Nordeste, há dificuldade de acesso às informações jornalísticas específicas da área climática (há relato de que são poucos os jornalistas da região dedicados ao tema). Um dos respondentes do questionário inclusive apontou essa dependência a partir do seu estado:

No Tocantins existe uma falta de acesso e análise de dados, além do baixo interesse em cobrir

determinados temas. A falta de investimento no jornalismo regional faz com que ele seja alimentado principalmente por press releases, assim, muitas vezes, a reportagem e investigação é deixada de lado e a narrativa dominante é advinda das assessorias de comunicação. (Ativista da Região Norte, via questionário, 08/06/2022)

A falta de jornalismo local/regional sobre clima se reflete na queixa sobre pouca representatividade que os amazônidas possuem nas notícias, assim como seus reais problemas – retratados quando afetam outras regiões ou interesses de ordem nacional/internacional. Os achados conversam com evidências do Atlas da Notícia (2023), que aponta cobertura jornalística no Norte aquém das demais regiões. Para os participantes do grupo focal, é preciso dar mais protagonismo para as populações locais que já estão há anos lutando pela proteção da floresta e vivem os efeitos da destruição, pluralizando as fontes e entendendo a riqueza do bioma e de seus povos:

[dar protagonismo a] [...] essas vozes, pelas próprias pessoas que vivem e vivenciam, que estão na linha de frente do que as mudanças climáticas causam, do que a crise climática causa. (Ativista da Região Norte, 20/07/2022)

A gente já tá vendo pequenos locais em que estão sendo afetados pelo desmatamento da Amazônia, pelo descongelamento das geleiras, então é a gente fazer com que as pessoas percebam, que localidades com indígenas, povos quilombolas, os povos da floresta mesmo, já estão sendo afetados por essa mudança climática, eu acho que é essa mensagem que tem que passar. (Ativista da Região Norte, 20/07/2022)

Tais registros estão contemplados pela ênfase na pluralidade de vozes, defendida pelo jornalismo ambiental brasileiro. Mais do que ecoar a voz dos defensores e ativistas da floresta, há uma crítica sobre o distanciamento do território da Amazônia, reportado nas notícias, o que aparece também na crítica de Loose (2021) sobre a dificuldade de envolver os cidadãos em uma temática tão complexa sem pensar desde a esfera local:

A impressão que dá, assistindo às reportagens, é que eles passaram voando e filmaram, de cima assim, né? Não desce, né? Não desce pra filmar de baixo, pra falar com as pessoas, pra saber o que está acontecendo aqui embaixo, porque tem muita árvore, tá acontecendo muito desmatamento, mas aqui embaixo tem pessoas também que estão sendo impactadas por isso. (Ativista da Região Norte, 20/07/2022)

A regionalização da cobertura climática no Norte é um caminho para engajar por meio do jornalismo, evitando apenas as perspectivas científicas e trazendo soluções que façam sentido para a população. Por isso, a crítica à diminuição do consumo de carne foi emblemática, pois a dieta predominante dos habitantes é baseada em peixe: “Não dá pra você chegar aqui [Amazônia] e dizer que vai impactar na carne, sendo que aqui todo mundo só come peixe, vive de comer peixe. [...] Então é aproximar essa realidade do que está acontecendo hoje, do que vai impactar na realidade do território” (Ativista da Região Norte, 20/07/2022).

Outra crítica realizada no campo das soluções foi a redução ou simplificação de uma única medida, como plantar árvores:

Uma coisa que eu lembro muito era de um... um artigo de uma galera que falou que se plantasse um trilhão de árvores e aí saiu um milhão de jornais do mundo todo falando que se plantasse um trilhão de árvores ia tudo certo, e as pessoas simplesmente esqueceram que tem que parar de emitir carbono de combustível fóssil e outras coisas relacionadas, né? Então, às vezes do jeito que [se] trata as soluções, também pode engajar pro lado errado, pode gerar inação, porque é uma coisa muito complexa, depende de múltiplas ações acontecendo ao mesmo tempo e enfrenta cenários de desigualdades muito grande. (Ativista da Região Norte, 20/07/2022)

Esta fala remete à necessidade de se discutir a complexidade das causas e a necessidade de um rol de ações. Repercutir com exaustão medidas paliativas pode gerar a falsa impressão de que a crise climática já pode ser resolvida, quando, na verdade, todas as ações que conhecemos podem ajudar na adaptação e na redução de seus efeitos, mas o que está em curso já não pode ser totalmente revertido. É essa gravidade, associada a múltiplos fatores e algumas incertezas (que precisam ser vistas como parte do fazer científico), que precisam ser devidamente comunicadas para que a sociedade compreenda a dimensão do desafio ambiental no qual estamos imersos.

DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Os ativistas valorizam o jornalismo no engajamento da população diante da crise climática, porém questionam seus formatos e enquadramentos, já que muito do que é recebido parece estar distante das vivências experimentadas pelos movimentos. A partir das falas dos participantes ressaltamos a necessidade de o jornalismo regional/local avançar sobre pautas climáticas, que historicamente foram tratadas pela imprensa como um tema global. A comunicação climática destaca a proxi-

midade com o público como um aspecto mais potente na sensibilização e, quiçá, na mobilização social; contudo, conforme os achados da pesquisa, esse tipo de informação não é abundante e segue sendo centralizada por um olhar desde o Sudeste.

Por meio do método comparativo, avalia-se que os apontamentos por região não são contraditórios, mas contribuem para evidenciar especificidades que devem ser consideradas na produção jornalística local ou regional. Enquanto ativistas das demais regiões mencionam a importância de abordar outros biomas para além da Amazônia, como o Pantanal (citado por ativistas do Centro-Oeste) e a Mata Atlântica (lembrada pelos ativistas do Sudeste), os ativistas do Norte criticam o destaque dado à Amazônia sem a presença de vozes amazônidas na cobertura jornalística. Trata-se da constatação de um problema estrutural do ecossistema jornalístico nacional, que possui redações e profissionais concentrados no Sul e Sudeste (Lima *et al.*, 2022; Moreira & Pereira, 2021).

Em acréscimo, a crítica de ativistas do Centro-Oeste ao olhar “estrangeiro” de repórteres do Sudeste que cobrem a degradação do Pantanal também exemplifica a necessidade de fortalecimento do jornalismo regional enquanto catalisador de mobilização dos cidadãos. De acordo com Dornelles (2012), entende-se que esse jornalismo deve ser um espaço mais combativo, alinhado às demandas da comunidade. Neste sentido, a perspectiva do jornalismo ambiental (Girardi *et al.*, 2012; Loose e Girardi, 2017), que defende a contextualização das informações relacionando as escalas local e global a fim de contribuir para a maior conscientização do público sobre os problemas ambientais, pode ser uma aliada na qualificação da cobertura.

A associação dos impactos socioambientais ao encarecimento do custo de vida é entendida como uma estratégia para auxiliar a compreensão, por um lado, daqueles que se beneficiam cultivando *commodities* em latifúndios, e por outro, daqueles que, na luta diária pela sobrevivência, igualmente não se inteiraram da emergência climática nem da necessidade de engajamento para frear o aumento da temperatura média global. O apelo econômico pode aproximar a população da discussão, mas não deve, conforme a maioria dos participantes, ser o único enquadramento para falar de mudanças climáticas.

Houve uma forte convergência dos ativistas sobre uma necessária “desnaturalização” de aspectos relacionados à discussão sobre jornalismo, engajamento e mudanças climáticas. Identificamos falas que compartilham a ideia de algo que é tão repetido (e pouco ou nada questionado) que passa a ser “normalizado” pela sociedade. O jornalismo, assim como outros constru-

tores sociais de representações, colabora com a cristalização de certas visões de mundo.

Os participantes da região Norte consideram que a imagem que a imprensa repercute sobre a Amazônia é limitada e redutora, não englobando a complexidade do território e a pluralidade de povos: “Amazônia é mata, bicho, gente, cultura, história, tudo, e parece que só serve pra chover no Centro-Sul nessas notícias” (Ativista da Região Norte, 20/07/2022). Como forma de despertar ecológico, os ativistas também falaram sobre a necessidade de mostrar que a economia não está acima da vida ecológica (sendo dependente dela).

A constatação da falta de representatividade dos amazônidas nas notícias demonstra uma reação ao trabalho das organizações midiáticas. Mais do que a inclusão das suas pautas e dos habitantes como fontes, os ativistas do Norte buscam espaço para difundir visões de mundo e modos de viver ainda desconhecidos e invisibilizados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O jornalismo local ou regional precisa considerar as particularidades do consumo de informações pela população jovem, a começar pela infraestrutura disponível para o compartilhamento de informações sujeitas à devida apuração. Nesta pesquisa, a disparidade de acesso aos meios jornalísticos entre as regiões brasileiras ficou evidente. Ativistas, muitos conhecedores das restrições das comunidades localizadas longe das capitais, exprimiram preocupação com o fato de o jornalismo nem sempre alcançar tais públicos, especialmente nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste.

Quanto menos informações apuradas chegarem a essas comunidades, mais suscetíveis a informações enganosas essas pessoas ficarão. Mesmo não existindo ênfase sobre o negacionismo na imprensa brasileira, chamou atenção que comentários sobre ceticismo, negacionismo e *fake news* apareceram durante os grupos de forma orgânica, o que sugere que a comunicação climática precisa ser analisada para além do campo jornalístico, entendendo que diferentes formas de comunicação se misturam, sobretudo nas plataformas digitais. Estudos orientados para esses canais difusores (aplicativos de mensagens e redes sociais), com ênfase na questão climática, poderiam averiguar se esta é uma impressão localizada, fruto da propagação midiática da expressão “*fake news*” ou se há uma veiculação consistente de mensagens falsas que está ocupando esse “vazio jornalístico”. Por ora, os participantes manifestaram o desejo de uma descentralização da cobertura jornalística, que é baseada no eixo Rio-São Paulo, entendendo que o enfoque regional seria um avanço importante para mobilizar as populações.

Os ativistas expressaram a vontade de serem mais visibilizadas abordagens a respeito das soluções, em especial sobre as ações e práticas locais das pessoas vulnerabilizadas, dos povos originários e comunidades tradicionais, bem como das organizações da sociedade civil que há anos vêm pesquisando e experimentando tecnologias sociais, além dos saberes acumulados por gerações sobre o funcionamento dos ecossistemas. Pontua-se a falta de um reconhecimento do que as populações tradicionais já vêm fazendo. Essa abordagem, segundo indicaram os ativistas, pode ser feita através da apresentação de personagens contando a própria experiência e vivências. Acreditam que a exposição de histórias de pessoas comuns, das respectivas regiões do país, pode sensibilizar e motivar os públicos a se engajarem pelo clima ao proporcionar este espaço de identificação e pertencimento.

Nesta pesquisa, os ativistas denunciaram uma forma de apagamento através do foco exacerbado sobre a Amazônia em detrimento da cobertura a respeito da destruição da vegetação nativa em todos os biomas. A repetição de um único problema obscurece o papel da conservação dos modos de pensar e de viver nos outros territórios do país, agravando a limitada compreensão sobre as conexões entre as cinco regiões brasileiras, principalmente quando se fala das articulações entre clima e alteração nos regimes de chuvas. Tal aspecto também foi notado a partir da recente visibilidade de que o clima tem recebido na imprensa: há um temor pelo esvaziamento da pauta, já que a cobertura cresceu quantitativamente, mas em termos qualitativos ainda deixa muito a desejar ao não contemplar os interesses dos distintos públicos provenientes das díspares regiões brasileiras.

A questão das (in)justiças sociais também permeou as falas dos ativistas. Revelou-se forte a ideia de que todos seremos afetados, mas uns mais do que os outros por situações de vulnerabilização social, argumento bastante destacado por ativistas do Nordeste.

Além disso, a desigualdade socioeconômica entre as regiões deve ser considerada também na produção das coberturas jornalísticas, de modo a buscar reverter a dificuldade de acesso ao jornalismo em relação a: 1) sinal da internet, em especial nos municípios distantes das capitais; 2) recursos para adquirir os dispositivos e custear a prestação do serviço; e 3) linguagem simples e próxima aos públicos, articuladas ao fazer profissional. Não obstante o padrão noticioso em vigor nas regiões Sudeste e Sul tenha pretensões universalistas, urge a prática da aproximação geográfica nas coberturas, levando em consideração as especificidades entre as regiões e as diferenças locais.

Finalmente pode-se avaliar que o público desta pesquisa (ativistas com até 35 anos que afirmam con-

sumir notícias) endossa o papel-chave que o jornalismo hegemônico ainda exerce, sobretudo para alcançar vastos públicos. Porém, tal padronização, necessária para o alcance massivo, reduz significativamente a possibilidade de uma produção mais regionalizada. Essa contradição pode ser minimizada em telejornais e sites locais dos grandes grupos, mas, para isso, depende também que esses jornalistas (geralmente não especializados) tenham oportunidades de se capacitar e contar com subsídios (como glossários, agenda de fontes e manuais) que colaborem com a qualificação da cobertura climática. De outra forma, a promoção e financiamento de iniciativas regionais pode responder a várias demandas desses consumidores de notícias, afinal o conhecimento da realidade do público cria vínculos e laços que são bem-vindos na divulgação e envolvimento dos receptores com a questão climática. Neste sentido, iniciativas do poder público para viabilizar a elaboração e o acesso a conteúdos produzidos para rádio e internet, em formatos de baixo custo e que

alcancem jovens de comunidades isoladas, por exemplo, seriam bem-vindas.

O estudo contribui para os estudos de recepção e de consumo midiático na medida em que não somente constata a referência dos jovens a produtos jornalísticos com diferentes origens - TV, imprensa, plataformas digitais - e linguagens, mas também a demanda desses jovens por abordagens mais complexas, voltadas à solução dos problemas relatados e sensíveis às questões e vozes locais. Estudos futuros podem ajudar a entender as demandas de outros perfis sociodemográficos em relação ao jornalismo a fim de corroborar ou confrontar as contribuições dos jovens ativistas participantes desta pesquisa.

Data de submissão: 13 de julho de 2023

Data de aceite: 15 de fevereiro de 2024

NOTAS

¹ A deficiência auditiva é caracterizada como uma redução ou ausência da capacidade de ouvir determinados sons em diferentes graus de intensidade. De acordo com o Censo Demográfico de 2010, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mais de 10 milhões de pessoas possuem algum problema relacionado à surdez no Brasil. Esse número representa 5% da população nacional e cerca de 2,7 milhões de pessoas não ouvem nada. A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que, até o ano de 2050, 900 milhões de pessoas no mundo podem desenvolver surdez.

² Legenda oculta, comumente referido pela sigla CC, é um sistema de transmissão de legendas via sinal de televisão, utilizado para auxiliar deficientes auditivos. Mais do que uma legenda convencional, ela indica em palavras os outros sons do vídeo.

³ Faixa narrativa adicional para pessoas com deficiência visual.

⁴ Espaço destinado a intérpretes da Língua Brasileira de Sinais nos materiais audiovisuais.

⁵ Enquanto rede de televisão pública, a TV Cultura precisa ter independência em relação aos interesses e padrões tanto do mercado quanto do Estado. Seu compromisso é com uma instância ainda mais fundamental do que essas na construção democrática: a cidadania. Vale ressaltar que na legislação brasileira, não há nenhuma lei que determine as diferenças entre a rede de televisão pública e privada.

⁶ Em 2016, a Fundação Padre Anchieta divulgou um documento com bases para a elaboração de um plano estratégico. O documento foi o resultado de um processo de reflexão, pesquisa, debates e construção de novos consensos sobre os rumos da emissora, realizado pelo Comitê Estratégico do Conselho Curador da Fundação

Padre Anchieta. O objetivo deste documento era estabelecer as bases para a produção de um plano de ação, nomeado de “Plano Organizacional de Funcionamento e Controle das Atividades da Fundação”, que seria aplicado nos próximos anos à sua produção (Plano Estratégico de Ação da Fundação Padre Anchieta, 2016, p. 41).

⁷ A lei restabelece princípios da Lei nº 7505, que dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto de renda concedidos a operações de caráter cultural ou artístico; institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências.

⁸ No Brasil, não há uma legislação que define propriamente o que é uma TV pública, diferenciando-a de uma TV comercial e/ou estatal, e que estabeleça seus deveres, criando, com isso, um ambiente jurídico no qual a *TV Cultura* não se encontra necessariamente vinculada por lei a oferecer acessibilidade.

⁹ Marshall, em seu estudo “Cidadania, classe social e status” (1967) identifica o conceito de cidadania como um conjunto de direitos e deveres atribuídos ao cidadão. A partir do conceito de Marshall, qualquer pessoa que não consiga desfrutar dos direitos da cidadania é considerado desigual na sociedade. Assim, uma pessoa surda que enfrenta uma grande barreira comunicacional que a impede de consumir informações jornalísticas por falta de acessibilidade, não consegue exercer seu direito pleno como cidadão (Marshall, 1967). Já para Fernandes, em seu estudo “Jornalismo, cidadania e direitos humanos: uma relação reflexiva no espaço público” (2002), cidadania refere-se à condição de um indivíduo, membro de uma comunidade e de um Estado, com os quais ele tem uma relação de direitos e deveres (Fernandes, 2002, p. 2).

REFERÊNCIAS

- Atlas da Notícia. (2023, August 23). 30 cidades nortistas deixaram de ser desertos de notícias em 2021. <https://www.atlas.jor.br/analise/30-cidades-nortistas-deixaram-de-ser-desertos-de-noticias-em-2021/>
- Aguiar, S. (2016). *Territórios do jornalismo: Geografias da mídia local e regional no Brasil*. Petrópolis: Vozes.
- Aragão dos Santos, A., Menezes, M., Zuniga Leite, A., & Sauer, S. (2021). Ameaças, fragilização e desmonte de políticas e instituições indigenistas, quilombolas e ambientais no Brasil. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 29(3), 669-698. <https://doi.org/10.36920/esa-v29n3-7>
- Bardin, L. (2014). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bayes, R., Bolsen, T., & Druckman, J. N. (2020). A research agenda for climate change communication and public opinion: The role of scientific consensus messaging and beyond. *Environmental Communication*, 1–19. <https://doi.org/10.1080/17524032.2020.1805343>
- Bello Benavides, L. O., Meira Cartea, P. Á., & González Gaudiano, É. J. (2017). Representaciones sociales sobre cambio climático en dos grupos de estudiantes de educación secundaria de España y bachillerato de México. *Revista mexicana de investigación educativa*, 22(73), 505-532. https://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-66662017000200505
- Bueno, W. (2007). *Comunicação, jornalismo e meio ambiente: teoria e pesquisa*. São Paulo: Majoara.
- Carvalho, A., Van Wassel, M., Maesele, P. M. (2016) Communication practices and political engagement with climate change: a research agenda. *Environmental Communication*, 11(1), 122-135. <https://doi.org/10.1080/17524032.2016.1241815>
- Deolindo, J. S. (2016). *Regiões jornalísticas: uma abordagem locacional e econômica da mídia do interior fluminense*. (Tese de doutorado). Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro.
- Dornelles, B. (2012). O futuro dos jornais do interior. *Intratextos*, 4(1), 21-36. <https://doi.org/10.12957/intratextos.2012.2171>
- Gatti, B. A. (2005). *Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas*. Brasília: Líber Livros.
- García Canclini, N. (2006). El Consumo Cultural: una propuesta teórica. In G Sunkel (Ed.), *El consumo cultural en América Latina. Construcción teórica y líneas de investigación* (2nd ed.) (pp. 72-95). Bogotá: Convenio Andrés Bello.
- Girardi, I. M. T., Massierer, C., Loose, E. B., & Schwaab, R. (2012). Caminhos e descaminhos do Jornalismo Ambiental. *Comunicação e Sociedade*, 34(1), 131-152. <https://doi.org/10.15603/2175-7755/cs.v34n1p131-152>
- Gondim, S. M. G. (2003). Grupos focais como técnica de investigação coletiva: desafios metodológicos. *Paidéia*, 12(24), 149-161.
- Fearnside, P. M. (2019). O Desmonte da Legislação Ambiental. In J. S. Weiss (Org.), *Movimentos socioambientais – lutas, conquistas, avanços, retrocessos, esperanças* (pp. 317-382). Formosa, GO: Xapuri Socioambiental.
- IBGE [Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística]. (s.d.). *Mapa das grandes regiões*. <https://portaldemapas.ibge.gov.br/portal.php#mapa97>
- Intervozes. (2017). *Media Ownership Monitor - Brasil*. <https://brazil.mom-gmr.org/br/>
- IPEA [Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada]. (2022, December). Desmonte de políticas federais no Brasil [Policy paper]. *Em Questão*, 21, 1-13. https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11636/1/EmQuestao_n21_Desmonte.pdf
- ITS-RIO. (2022). *Mudanças climáticas na percepção dos brasileiros: relatório de análise*. Rio de Janeiro. <https://itsrio.org/pt/publicacoes/mudancas-climaticas-na-percepcao-dos-brasileiros-2021/>
- Lima, S. P. et al. (2022). *Perfil do jornalista brasileiro 2021: características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho*. Florianópolis: Quorum Comunicações. <https://perfildejornalista.ufsc.br>
- Loose, E. et al. (2022). A cobertura climática pode levar à ação? O olhar de ativistas sobre o jornalismo. *Revista Ciências Humanas*, 15(3), 8-21. <https://doi.org/10.32813/2179-1120.2022.v15.n3.a923>
- Loose, E. B. (2021). *Jornalismo e riscos climáticos: percepções e entendimentos de jornalistas, fontes e leitores*. Curitiba: Editora UFPR.
- Loose, E. B., & Carvalho, A. (2017). Comunicação e Mudanças Climáticas: uma discussão necessária e urgente. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 40, 5-9. <https://doi.org/10.5380/dma.v40i0.52077>
- Loose, E. B., & Girardi, I. M. T. (2017). O Jornalismo Ambiental sob a ótica dos riscos climáticos. *INTERIN*, 22(2), 154-172. <https://doi.org/10.35168/1980-5276.UTP.interin.2017.Vol22.N2.pp154-172>
- MapBiomass. (s.d.). Monitor da Fiscalização. <https://plataforma.alerta.mapbiomas.org/monitor-da-fiscalizacao>
- Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2003). *Fundamentos da Metodologia Científica* (5ª ed.). São Paulo: Editora Atlas.
- Martín-Barbero, J. (2003). *Dos meios às mediações: Comunicação, Cultura e Hegemonia*. Rio de Janeiro: UFRJ.
- Mathien, M. (2004). *La Presse Quotidienne Régionale*. Paris: Presses universitaires de France.
- Mercadé, J. M. (1992). *La fuerza del periodismo local en la era de la globalización electrónica*. Pontevedra: Universidade de Vigo.
- Miguel, K. G. (2019). Narrativas socioambientais: afeto e experimentações jornalísticas na estética transmídia. *Animus - Revista Interamericana de Comunicação Midiática*, 18(37), 154-167. <https://doi.org/10.5902/2175497734329>
- Modifica. (2022). *Jornalismo e Engajamento* [Relatório de Pesquisa]. São Paulo: Instituto Modifica. <https://jornalismoemambiente.files.wordpress.com/2022/12/modifica-pesquisa-jornalismo-engajamento-climatico-2022-yxalpg.pdf>
- Moreira, S. V., & Pereira, A. A. (2021). Cursos de Jornalismo em perspectiva histórico-geográfica: arranjos locais e regionais no Brasil. *Comunicação e Educação*, 26(1), 19-30. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9125.v26i1p19-30>

- Moser, S. C. (2010). Communicating climate change: history, challenges, process and future directions. *Wiley Interdisciplinary Reviews: Climate Change*, 1(1), 31-53. <https://doi.org/10.1002/wcc.11>
- Nathania, L. *et al.* (2021). Campaigning Environmental Conservation During the Pandemic: A Social Media Reception Analysis. In *1st UMGESHIC International Seminar on Health, Social Science and Humanities* (pp. 397-406). Atlantis Press. <https://doi.org/10.2991/assehr.k.211020.057>
- Newman, N. *et al.* (2022). *Reuters Institute Digital News Report 2022*. Reuters Institute for the Study of Journalism.
- Peruzzo, C. M. K. (2005). Mídia regional e local: aspectos conceituais e tendências. *Comunicação & Sociedade*, 26(43), 67-84. <https://doi.org/10.15603/2175-7755/cs.v26n43p67-84>
- Quijandria Cayo, E. A. (2021). Estudio sobre la publicidad social de la WWF (World Wildlife Foundation) Perú en Facebook y la cultura ambiental de los jóvenes de Lima-Perú. *Anagramas Rumbos Sentidos Comun.*, 20(39), 7-31. <https://doi.org/10.22395/angr.v20n39a1>
- ConexiónCOP. (2022). *Radar Climático*. <https://conexion-cop.com/radarclimaticoportugues/>
- Reis, T. A. (2018). Jornalismo Regional: uma leitura a partir dos critérios de noticiabilidade do jornal O Progresso. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, 15(1), 62-72. <http://dx.doi.org/10.5007/1984-6924.2018v15n1p62>
- SEEG. (2021). *Análise das emissões brasileiras de gases de efeito estufa e suas implicações para as metas climáticas do Brasil 1970-2020*. https://seeg-br.s3.amazonaws.com/Documentos%20Analiticos/SEEG_9/OC_03_relatorio_2021_FINAL.pdf
- Schmitz, D. (2015). Consumo, sentidos, usos e apropriações nas pesquisas de recepção: nem tão sinônimos, nem tão distantes. *Revista Intexto*, 34, 255-275. DOI: <http://dx.doi.org/10.19132/1807-8583201534.255-275>.
- Silva, W. G. da, Higuchi, M. I. G., & Farias, M. S. M. de. (2015). Educação ambiental na formação psicossocial dos jovens. *Ciência & Educação*, 21(4), 1031-1047. <https://doi.org/10.1590/1516-731320150040015>
- Silva Júnior, M. A. F. & Teixeira, R. L. P. (2021). Juventude e mudanças climáticas: trajetórias e narrativas das mobilizações no Brasil. *Interlegere: Revista de Estudos Interdisciplinares*. 4(32), c26192. <https://doi.org/10.21680/1982-1662.2021v4n32ID26192>
- Toaldo, M. & Jacks, N. (2013). Consumo midiático: uma especificidade do consumo cultural, uma antessala para os estudos de recepção. In: *Anais do Encontro da COMPÓS*. Salvador.

Especificidades regionais no debate sobre jornalismo e engajamento climático: um estudo de recepção com ativistas brasileiros

Especificidades regionales en el debate sobre periodismo y compromiso climático: un estudio de recepción con activistas brasileños

Regional Differences in the Debate on Journalism and Climate Engagement: a Reception Study with Brazilian Activists

Spécificités régionales du débat sur le journalisme et l'engagement pour le climat : une étude de réception auprès d'activistes brésiliens

Pt. O jornalismo é uma das principais arenas de enfrentamento da crise climática por seu comprometimento com o interesse público e pela veiculação de informações que baseiam decisões cotidianas dos sujeitos. Este artigo se debruça sobre as particularidades observadas em um estudo de recepção realizado no Brasil em 2022, com foco no consumo jornalístico, com 60 jovens ativistas sobre jornalismo e engajamento climático. O objetivo foi identificar diferenças nas leituras e compreensões sobre a atuação do jornalismo entre participantes das cinco regiões brasileiras – Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul – de acordo com a perspectiva do consumo cultural (García Canclini, 2006). A partir da realização de dois grupos focais (Gatti, 2005) por região brasileira e da posterior Análise de Conteúdo (Bardin, 2014) dos dados coletados, identificamos aspectos específicos de cada região, a partir do método comparativo (Marconi & Lakatos, 2003). A análise demonstra a necessidade de se considerar de forma mais próxima os contextos locais/regionais dos públicos para direcionamento de estratégias de mobilização mais efetivas. O jornalismo local ou regional (Dornelles, 2012) deve considerar as particularidades do consumo de informações pela população jovem, especialmente nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste. Os participantes dessas regiões se sentem pouco representados por coberturas realizadas a partir do Sudeste, região onde se concentram profissionais e veículos jornalísticos. Ativistas das regiões Norte e Nordeste também apontam a dificuldade de acesso a informações sobre sua realidade, seja por indisponibilidade de dispositivos ou conexão de internet, seja pela inexistência de veículos jornalísticos locais – o que configura os desertos de notícias (Atlas da Notícia, 2023). Além da descentralização da cobertura jornalística, os jovens ativistas defendem maior visibilidade para soluções locais e práticas das comunidades tradicionais e de povos originários. Apresenta-se a perspectiva do jornalismo ambiental (Loose & Girardi, 2017) como possibilidade de qualificar a cobertura regional sobre questões climáticas, pois esta preconiza a conexão entre as esferas local e global para que o público compreenda a complexidade dos fenômenos.

Palavras-chave: jornalismo, engajamento, regiões brasileiras, estudo de recepção

Es. El periodismo es uno de los principales espacios para abordar la crisis climática debido a su compromiso con el interés público y la difusión de información que sustenta las decisiones cotidianas de las personas. Este artículo trata de las particularidades observadas en un estudio de recepción, enfocado en el consumo periodístico, realizado en Brasil en 2022 con 60 jóvenes activistas sobre periodismo y compromiso climático. El objetivo fue identificar diferencias en las lecturas y comprensiones sobre la actuación del periodismo entre participantes de las cinco regiones brasileñas – Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste y Sur – según la perspectiva del consumo cultural (García Canclini, 2006). A partir de dos grupos focales (Gatti, 2005) por región brasileña y del posterior análisis de contenido (Bardin, 2014) de los datos recopilados, se identificaron aspectos específicos de cada región utilizando el método comparativo (Marconi & Lakatos, 2003). El análisis demuestra la necesidad de considerar más de cerca los contextos locales/regionales de los públicos para orientar estrategias de movilización más efectivas. El periodismo local o regional (Dornelles, 2012) debe tener en cuenta las particularidades del consumo de información por parte de la población joven, especialmente en las regiones Centro-Oeste, Norte y Nordeste. Los participantes de estas regiones se sienten poco representados por las coberturas realizadas desde el Sudeste, región donde se concentran los profesionales y medios periodísticos. Los activistas de las regiones Norte y Nordeste también señalan la dificultad de acceso a información sobre su realidad, ya sea por la falta de disponibilidad de dispositivos o de conexión a internet, o por la inexistencia de medios periodísticos locales – lo que configura los desiertos de noticias (Atlas da Notícia, 2023). Además de la descentralización de la cobertura periodística, los jóvenes activistas defienden una mayor visibilidad para soluciones locales y prácticas de las comunidades tradicionales y pueblos originarios. Se presenta la perspectiva del periodismo ambiental (Loose & Girardi, 2017) como posibilidad para cualificar la cobertura regional sobre cuestiones climáticas, pues esta recomienda la conexión entre las esferas local y global para que el público comprenda la complejidad de los fenómenos.

Palabras clave: periodismo, compromiso, regiones brasileñas, estudio de recepción

En. Journalism is one of the main arenas used for addressing the climate crisis due to its commitment to public interest and dissemination of information that people base their everyday decisions on. This article focuses on the differences observed in a reception study on news consumption (journalism and climate engagement) with 60 young activists conducted in Brazil, in 2022. The objective was to identify the different readings and understandings about the role of journalism among our study participants, based on the perspective of cultural consumption (García Canclini, 2006). These participants came from five regions of Brazil – the North, Northeast, Midwest, Southeast and South. We first conducted two focus groups (Gatti, 2005) per Brazilian region, which were followed up by a Content Analysis (Bardin, 2014) of the collected data. This allowed us to then use the comparative method to identify specific aspects of each region (Marconi & Lakatos, 2003). The analysis showed the importance of considering the local/regional contexts of the public more closely in order to establish more effective mobilization strategies. Local or regional journalism (Dornelles, 2012) should consider how youths consume information, particularly in the Midwest, North and Northeast regions. Participants from these regions feel underrepresented by news coverage from the Southeast, a region where a large number of professionals and media outlets are concentrated. Activists from the North and Northeast regions also claim having difficulty accessing information about their reality, whether due to the unavailability of devices or internet connection, or a lack of local news outlets – a characteristic of news deserts (Atlas da Notícia, 2023). In addition to the decentralization of news coverage, young activists advocate for greater visibility of local solutions and traditional communities and indigenous peoples. Environmental journalism (Loose & Girardi, 2017) is presented as a way to qualify regional coverage on climate issues as it connects the local and global spheres so that the public understands the complexity of the phenomena.

Key Words: journalism, engagement, Brazilian regions, reception study.

Fr ● Par son attachement à l'intérêt public et à la diffusion d'informations qui étayent les décisions quotidiennes des sujets, le journalisme constitue l'une des principales sphères de lutte contre la crise climatique. Cet article se penche sur les particularités observées lors d'une étude de réception, axée sur la consommation journalistique, menée en 2022 au Brésil auprès de 60 jeunes activistes et portant sur le journalisme et l'engagement en faveur du climat. L'objectif était d'identifier les différentes lectures et perceptions de l'action du journalisme chez les participants des cinq régions brésiliennes – Nord, Nord-Est, Centre-Ouest, Sud-Est et Sud – sous la perspective de la consommation culturelle (García Canclini, 2006). Après avoir organisé deux groupes de discussion (Gatti, 2005) par région brésilienne, puis procédé à une analyse de contenu (Bardin, 2014) des données recueillies, nous avons utilisé la méthode comparative (Marconi & Lakatos, 2003) pour identifier les éléments spécifiques à chaque région. Cette analyse montre qu'un examen plus approfondi des contextes locaux/régionaux des différents publics est nécessaire pour définir des stratégies de mobilisation plus efficaces et ciblées. Le journalisme local ou régional (Dornelles, 2012) doit tenir compte des spécificités de la consommation d'information chez les jeunes, notamment dans les régions Centre-Ouest, Nord et Nord-Est. Les participants de ces régions se sentent mal représentés par la couverture médiatique émanant de la région Sud-Est, où se concentrent les professionnels et les médias journalistiques. Les activistes des régions Nord et Nord-Est pointent aussi les difficultés d'accès aux informations sur leur réalité locale, que ce soit en raison du manque d'appareils ou de connexion internet, ou de l'absence de médias locaux – créant ainsi des déserts d'information (Atlas da Notícia, 2023). Outre une décentralisation de la couverture médiatique, les jeunes activistes revendiquent une plus grande visibilité des solutions locales et des pratiques des communautés traditionnelles et des peuples autochtones. Le journalisme environnemental (Loose & Girardi, 2017) se présente comme une approche possible de couverture médiatique régionale des enjeux climatiques, dans la mesure où celle-ci prône la mise en relation des sphères locales et globales, afin que le public puisse saisir la complexité des phénomènes.

Mots-clés : journalisme, engagement, régions brésiliennes, étude de réception

